

S U M Á R I O

PREFÁCIO	XIII
INTRODUÇÃO.....	XVII

CAPÍTULO I

CULTURA, REALIDADE, LINGUAGEM E LÓGICA

1.1 A cultura – ciência cultural e objeto cultural.....	1
1.2 A linguagem e a realidade	5
1.3 Como fazer coisas com palavras – palavras e ação	11
1.4 Ainda sobre o ato de fala.....	16
1.5 A análise do discurso – precisando os conceitos.....	23
1.6 O problema do tempo	29
1.7 O tempo linguístico	33
1.8 A lógica e a linguagem.....	37
1.9 Sobre a teoria das classes	43
1.10 Ainda a teoria das classes: Alguns conceitos importantes	47
1.11 Algumas ponderações acerca das premissas adotadas .	52

CAPÍTULO II

PREMISSAS EPISTEMOLÓGICO-JURÍDICAS

2.1 O direito e a cultura	55
2.2 O direito e a linguagem	60
2.3 Os atos de fala e o direito	64
2.4 Os atos de fala deônticos	73
2.5 A análise do discurso normativo: fontes do direito	78

VII

TÁREK MOYSÉS MOUSSALLEM

2.6	O direito e o tempo.....	89
2.7	O direito e a lógica – lógica das proposições normativas e lógica deôntica	97

CAPÍTULO III

PROBLEMAS DE TEORIA GERAL DO DIREITO

3.1	Qual o objeto de estudos da ciência do direito?	105
3.2	Sobre a definição do conceito de norma jurídica.....	110
3.3	A classificação das normas jurídicas – uma nova visão .	115
3.3.1	A classificação dos enunciados prescritivos - S ₁	116
3.3.2	A classificação das significações isoladas - S ₂	122
3.3.3	A classificação das normas jurídicas – S ₃	125
3.4	O sistema do direito positivo e o ordenamento jurídico.....	133
3.5	A validade e a teoria dos atos de fala – problemas	143
3.6	A questão da vigência	152
3.7	A eficácia, a incidência e a aplicação	159
3.8	O intervalo de subsunção, o tempo do efeito, o intervalo de validez e o intervalo de vigência	164
3.9	O problema da hierarquia normativa	166

CAPÍTULO IV

SOBRE A REVOGAÇÃO

4.1	Revogação como conceito multívoco	177
4.2	Da revogação-enunciação à revogação-enunciado-enunciado	181
4.3	Revogação e “não-dever-ser”	186
4.4	Relação entre revogação, validade, vigência e aplicação	192
4.5	Revogação e incompatibilidade entre normas	201
4.6	Revogação e o princípio <i>lex posterior derogat priori</i> .	205
4.7	Promulgação e publicação: qual dos dois elementos serve para identificar a lei posterior e a lei anterior? ..	214
4.8	Revogação expressa e revogação tácita: a cláusula revogam-se as disposições em contrário”	217
4.9	Ab-rogação e derrogação	225

REVOGAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

4.10 Revogação e repristinação – a repristinação como mito	231
4.11 Revogação e indeterminação do sistema: qual norma foi revogada?	237
4.12 Revogação e anulação – a possibilidade de anulação de norma revogada	244
4.12.1 A declaração de inconstitucionalidade e a (im)possibilidade de “repristinação” da lei anterior	251
4.12.2 O § 2º do art. 11 e o art. 27 da Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999.....	258
4.13 Costume e revogação.....	260

CAPÍTULO V

ALGUNS CASOS CONCRETOS DE REVOGAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO

5.1 Leis temporárias, caducidade e revogação: o problema da lei n. 10.451, de 10 de maio de 2002	263
5.2 O caso da equivocada “prorrogação da vigência” da CPMF	272
5.3 O caso da lei complementar n. 116/2003 e a tributação das sociedades uniprofissionais: está revogado o art. 9º do decreto-lei n. 406/1968.....	277
5.4 A COFINS e as sociedades civis prestadoras de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada registradas no registro civil: poderia a isenção concedida por lei complementar ser revogada por lei ordinária?	286
BIBLIOGRAFIA	293